

Crimes violentos: desafios para uma política de segurança pública

Luís Antônio Francisco de Souza

Na cidade de São Paulo, no período de 1983-2000, observa-se um aumento real de 53,54% no total de registros de ocorrências, acima do crescimento da população, que foi de 18,24%. Em 2000, houve um pico das ocorrências policiais. Nesse ano, ocorreram 675.157 crimes, uma média diária de 1.849 crimes registrados, 77 a cada hora. Os crimes contra o patrimônio experimentaram maior crescimento real (72,68%). Desagregando, os crimes que envolvem algum grau de violência aumentaram fortemente. É o caso do roubo (118,85%) e do roubo de veículos (176,84%). As prisões por porte ilegal de armas cresceram 87,06%, no período. O total dos crimes contra a pessoa oscilou negativamente 13,58%; mas os homicídios aumentaram 120,56%. Em 1983, haviam sido registradas 3.003 ocorrências de prática ou tentativa de homicídios.

Em 2000, foram 7.832, uma média de 21 homicídios ou tentativas diárias. Não obstante a sensação do tráfico de drogas ter se tornado mais comum, as ocorrências envolvendo entorpecentes apresentaram crescimento abaixo da população (10,50%). Os estupros mantiveram-se constantes ao longo do período. No conjunto, os dados mostram a situação preocupante em que os crimes violentos apresentaram as maiores taxas de crescimento, entre 1983 e 2000.

As informações sobre homicídio são as mais confiáveis no Brasil, pois existem duas fontes para análise: os registros policiais e as declarações de óbito. Para os demais crimes somente estão disponíveis os dados referentes aos registros policiais que, além de não permitirem comparação, apresentam problemas: falta de uniformidade e sub-notificação. Os dados policiais não revelam o cenário completo da violência fatal no país. Em 1998, foram registrados, no Estado de São Paulo, 11.752 óbitos por homicídio doloso; 5.445 homicídios culposos por acidente de trânsito e outros; 545 latrocínios, ou seja, roubos seguidos de morte; 1.838 suicídios; 26.727 mortes suspeitas e 21.714 desaparecimentos de pessoas. No mesmo ano, ocorreram 812 mortes em ações da polícia. Deixando de considerar os desaparecidos, temos em torno de 47.119 óbitos por causas externas, ou seja, um número quatro vezes maior que os homicídios registrados. Para ilustrar, no Estado de São Paulo, em 1999, ocorreram 17.914 homicídios, sendo 12.818 dolosos. Em 2001, foram 17.370 e 12.475, respectivamente. Na cidade de São Paulo, em 1999, ocorreram 6.356 homicídios, dos quais 5.418 foram dolosos; em 2001, 6.112 e 5.174; em 2002, 5.534 e 4.631, respectivamente. Muitos registros envolvem mais de uma vítima fatal e não se sabe ao certo se os homicídios múltiplos (chacinas, por exemplo) estão sendo contados. Somente uma melhora nas estatísticas oficiais poderá esclarecer as diferentes conexões entre todas essas mortes e dar um quadro mais preciso sobre a verdadeira dimensão do problema. De toda forma, os dados sinalizam uma ligeira queda dos homicídios nos últimos três anos, cuja causa ainda é tema de discussão.

No presente momento, talvez fosse mais relevante discutir fatores que interferem na distribuição geográfica das mortes violentas. Na cidade de São Paulo, a possibilidade de uma pessoa ser vítima de homicídio é infinitamente maior, nos distritos censitários localizados nas regiões periféricas, do que nos distritos do chamado centro expandido, ou nos distritos que apresentam IDH considerado elevado. Em contrapartida, os crimes contra o patrimônio ocorrem em maior número nos distritos do centro ou do centro expandido do que nos limites extremos da cidade. Segundo dados da Unesco, entre 1989

e 2000, houve uma explosão dos crimes violentos no Brasil. As taxas de homicídios já eram relativamente altas em 1989, em comparação com os países desenvolvidos. Em algumas capitais brasileiras, os homicídios continuam persistentes: Boa Vista, Porto Velho, Maceió, Recife e Vitória. Porto Velho, por exemplo, apresenta uma taxa inquietantemente alta por todo o período. O crescimento, até meados da década de 1990, parecia estar restrito às grandes capitais da região sudeste do Brasil. Hoje, as taxas estão crescendo em capitais médias e mesmo pequenas, como Macapá e Cuiabá. Houve um aumento de 38% dos homicídios nas capitais dos estados brasileiros. Esse aumento, em grande parte foi puxado para cima pelos estados mais ricos da região sudeste do Brasil, em cujas capitais o homicídio cresceu 61% na década. Dezesseis cidades possuem taxas acima de 30 por cem mil. As maiores taxas de homicídios estão em Recife, Vitória, Cuiabá, Porto Velho, Rio de Janeiro e São Paulo. Com exceção de Recife, a região nordeste (a região mais pobre do país) apresenta quase as mesmas taxas que a região sul (a região que apresenta a melhor distribuição de renda). A região sudeste (mais rica e mais desigual) apresenta as taxas mais insistentemente altas. De fato, não se pode atribuir à pobreza extrema da região o aumento das taxas de homicídios.

Quando é considerada a faixa etária de 15 a 24 anos de idade, o quadro dos homicídios se agrava ainda mais. Nenhuma capital brasileira pode ser considerada segura para os jovens. O risco aumenta consideravelmente, atingindo índices que lembram um implacável massacre, em Recife (255,7), Vitória (201), Porto Velho (125,8), Rio de Janeiro (141,1), São Paulo (122,3) e Cuiabá (135,4).

A violência letal é um fenômeno nacional, mas os homicídios são efeitos do processo de crescimento populacional das capitais e regiões metropolitanas brasileiras e da persistente estagnação econômica. Essas apresentam urbanização acelerada, alta concentração de moradores nas periferias, desigualdade social acentuada e má distribuição de renda. O que cria um quadro de exclusão social, de queda de expectativas, de baixa inserção no mercado formal de trabalho. Essas áreas sofrem problemas crônicos de ausência de serviços públicos, sobretudo, falta de acesso à justiça, que induz à busca de alternativas para a solução de conflitos.

]

Ao mesmo tempo em que rejeitamos a análise de que a pobreza é a causa da criminalidade, precisamos lembrar que os moradores das regiões mais pobres das principais capitais brasileiras estão mais vulneráveis, pois as relações de apoio mútuo, as associações comunitárias e a igreja perderam espaço importante para organizações corrosivas, atreladas à criminalidade organizada, ao contrabando de armas e ao tráfico de drogas.

Não obstante, as políticas de segurança estão longe de privilegiar esse perfil. As políticas parecem ser mais suscetíveis ao clamor dos moradores dos bairros centrais, de classe média, que reclamam principalmente dos crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e contra a avassaladora onda de seqüestros. Esse fato se deve ao maior poder de pressão desses grupos; ao maior impacto político dos crimes contra o patrimônio; à necessidade de racionalizar os escassos recursos e colocar policiais onde há mais visibilidade; bem como à miopia da discriminação que separa os criminosos (representados como sendo moradores, negros e pardos, das periferias, das favelas e dos cortiços), das pessoas respeitadoras da lei, brancas e que moram em bairros considerados nobres ou em condomínios fechados.

Luís Antônio Francisco de Souza
Núcleo de Estudos da Violência - USP